

**PROCESSO TCE N°** 16.127.2012-00

**ENTIDADE:** Prefeitura Municipal de Brasília - Acre

**NATUREZA:** Prestação de Contas

**OBJETO:** Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Brasília, exercício de 2011

**RESPONSÁVEL:** Ana Leila Galvão Maia Moreira (Prefeita)

**PROCURADOR:** -

**RELATORA:** Cons.<sup>a</sup> Naluh Maria Lima Gouveia

## ACÓRDÃO Nº 10.420/2017

### PLENÁRIO

**EMENTA:** Prestação de Contas. Prefeitura Municipal de Brasília - Acre. Irregular. Ausência de Demonstrativo de Obras. Saldo financeiro parcialmente comprovado. Escrituração contábil apresenta inconsistência. Inconsistência no BP. Subsídio dos Agentes Políticos (13º e férias). Despesa com pessoal acima do limite permitido em lei. Infringência a Lei nº 8.666/1993. Notificação. Encaminhar cópia ao MPE. Encaminha cópia ao CRC/AC. Prescrição de multa. Dar conhecimento ao CMS. Arquivamento.

Vistos, relatados e discutidos os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Plenário do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **por unanimidade**, nos termos do voto da Conselheira-Relatora, pela emissão de Acórdão, com fundamento no inciso III, do art. 51, da Lei Complementar Estadual nº 38/1993, alíneas 'a' e 'b', considerando **IRREGULARES** às contas de **gestão** referente à **Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Brasília, exercício de 2011**, de responsabilidade da Senhora Ana Leila Galvão Maia Moreira

(Prefeita), em face das seguintes falhas e irregularidades: **a)** fundamentado em decisão desta Corte de Contas exarada no Acórdão nº 5.794/2006 e com amparo legal em várias outras decisões, além, do direito adquirido aos servidores públicos ao 13º salário e férias garantidos na CLT, **deixo** de exigir a devolução de R\$ 29.436,37, por entender que não trouxe nenhuma apropriação indevida de parcela do erário público municipal, e que os Agentes exerceram plenamente as suas atividades de servidores, fazendo jus a tais direitos; **b)** pela não aplicação de multa a Senhora Ana Leila Galvão Maia Moreira (Prefeita), à época, por ter transcorrido mais de 5 anos<sup>1</sup>, incidindo assim o Instituto da Prescrição. Ressalte-se que a incidência da prescrição foi aplicado em <sup>3</sup> processos semelhantes por esta Corte de Contas; **c)** **notificar** a atual gestora da Prefeitura Municipal de Brasília, para que tome conhecimento desta decisão e adote as devidas providências para a correção das irregularidades acima expostas para às próximas edições da matéria, caso ainda persista, e de tudo dando conhecimento a esta Corte de Contas, sob pena de responsabilidade legal; **d)** pelo encaminhamento de cópia da decisão ao **Ministério Público do Estado do Acre**, nos termos do artigo 36, inciso VI, da LCE nº 38/1993, para conhecimento e adoção das providências que entender necessárias; **e)** pelo encaminhamento de cópia da decisão ao Conselho Regional de Contabilidade para conhecimento e providências adequadas à conduta ética e profissional do contador Senhor Djalma Eduardo Cardoso (CRC/AC 001052/0-0), no que se refere aos procedimentos contábeis de forma correta; **f)** verifica-se o descumprimento ao limite das despesas com pessoal, com percentual de 62,2% da RCL, sendo que o limite permitido pela LRF nº 101/2000 é de no máximo 60%; **g)** despesa do Poder Executivo constata-se um percentual de 59,12%, acima do permitido em lei que é no máximo de 54%; **h)** realização de contratações sem o devido processo licitatório legal (Lei Federal nº

---

<sup>1</sup> O registro e autuação ocorreu em 16/04/2012, 5anos e 3 meses.

<sup>3</sup> Acórdão da prescrição números 7.214; 7.373 e 9.056.

8.666/1993), e; i) dar conhecimento desta decisão ao Conselho Municipal de Saúde; j) divergiu, em parte, do voto da Relatora o Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**, propondo a aplicação de multa no valor de **R\$ 3.570,00**; l) pelo encaminhamento de cópia dos autos à Câmara Municipal de Brasília para o seu **julgamento**, de acordo com o ordenamento constitucional, e; m) após as formalidades de estilo pelo arquivamento do Feito.

Rio Branco, 27 de julho de 2017.

Conselheiro **Valmir Gomes Ribeiro**  
Presidente do TCE/AC

Conselheira **Naluh Maria Lima Gouveia**  
Relatora

Conselheiro **José Augusto Araújo de Faria**

Conselheiro **Antonio Jorge Malheiro**

Conselheiro **Antonio Cristovão Correia de Messias**

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**

Conselheira **Dulcinéa Benício de Araújo**

Fui presente:

**Mario Sérgio Neri de Oliveira**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC